

A rotina de uma pequena escola: cortar despesas e investir pouco.

Dezembro sempre foi o grande momento para a escola particular captar recursos com o recebimento das matrículas, aplicar o dinheiro e investir ao longo do ano. Este ano, porém, o dinheiro aplicado pela diretoria do Centro de Educação Caminho Aberto não deu para fazer muita coisa. Foram comprados apenas dois vídeos — um foi roubado e tiveram de comprar outro —, dois aparelhos de som e um ateliê de arte. Foi este todo o investimento da escola para 1989. No mês de abril, outra desagradável realidade: depois do pagamento de seus 40 funcionários, a escola está com um rombo em caixa de mais de cinco mil cruzados novos.

Uma situação mais ou menos semelhante é vivida por cerca de 1.200 pequenas escolas de 1º e 2º graus de São Paulo. E que pode piorar ainda mais, segundo uma das proprietárias da Caminho Aberto, Jôse Pujola Moser, 34 anos, quando o Tribunal Regional do Trabalho julgar o dissídio dos professores que reivindicam 94% de reajuste salarial. “Se não for possível repassar nenhum aumento às mensalidades, vou precisar reduzir 30% dos gastos da escola”, disse Jôse, explicando que esse corte será sobre a folha de pagamento, “porque não tenho mais de onde cortar”.

José garante que tentará não mexer no quadro de professores e assistentes. De 1986, com o Plano Cruzado, até agora, a equipe de profissionais do Centro de Educação Caminho Aberto que fica na Vila Mariana, já mudou em 90%. Se não tiver outro jeito, ela diz que vai reduzir os benefícios a que o professor tem direito, justamente aqueles que garantem a qualidade do ensino, ou seja, as horas de atividades que representam cerca de 21% dos custos da folha de pagamento.

Se isso acontecer de fato, não será o primeiro corte de despesas feito na Caminho Aberto. Desde 86 já cortaram de tudo um pouco: as bolsas de estudos de até 100% que eram dadas aos filhos de pais desempregados e as palestras de educadores e especialistas. Não foram cortadas, no entanto, coisas, absolutamente essenciais, como os cursos de reciclagem aos professores e a assessoria especial de uma supervisão de matemática.

O trabalho na Caminho Aberto é sempre desenvolvido em pequenos grupos, com atividades a partir do interesse das crianças e acompanhamento individualizado dos alunos. “Eu não vejo como prosseguir com este trabalho pagando mal aos meus professores”, adverte Jôse.

Neste mês de abril, as mensalidades renderam em torno de NCz\$ 15.600,00 enquanto os gastos da escola ficaram em NCz\$ 21.300,00, sendo NCz\$ 16.200,00 com a folha de pagamento”, demonstra Jôse, afirmando que não estão incluídos aí os encargos sociais como o Iapás, o Fundo de Garantia ou o ISS, que são os mesmos pagos pelas escolas grandes e médias e que representam 51% da folha de pagamento.

“Só que as escolas grandes não têm a ociosidade de classes das escolas pequenas, e o número de alunos por sala de aula é bem maior, o que acaba barateando bastante o custo da escola”, diz a diretora, que não sabe, ainda, o que irá fazer se alguns pais não aceitarem o pedido de reajuste de 75% que lhes foi encaminhado na última sexta-feira. Num acordo firmado com seus 40 funcionários, a diretoria da Caminho Aberto promete, depois desse repasse aos pais, um reajuste salarial de 77% que deverá ser pago ainda este mês.

Rita de Biagio

Uma crise que não convence pais e professores

Pais e professores não acreditam que as escolas particulares estejam operando no vermelho, com uma bomba nas mãos. “Embora os proprietários afirmem que não existe lucro, acredito que eles estão trabalhando com uma folga muito grande”, afirma Fábio Zamboni, presidente do Sindicato dos Professores, que diz que as reivindicações de sua categoria são utilizadas pelos proprietários de escolas quando querem aumentar as mensalidades.

O delegado regional do MEC em São Paulo, Nelson Boni, diz que é “muito cômodo” culpar o governo sempre que se fala em crise das escolas particulares. “Todos sabem que o ensino brasileiro veio se deteriorando ao longo dos anos. Não é aceitável dizer que o atual governo seja o responsável por tudo isso.” Boni afirma que a escola particular no Brasil tem uma grande responsabilidade social, que é a de cobrir a carência de vagas que existe no ensino público. “Esta é uma área de gravíssimos problemas e todo empreendedor tem de saber de sua função social. Se os educadores pensarem na escola particular somente como fonte de lucros, é melhor que invistam em outros empreendimentos.”

Contra os proprietários de escola também está Hebe Tolosa, presidente da Associação de Pais e Alunos das Escolas Particu-

Educação

Os proprietários dizem que a situação das escolas é dramática. E apontam o culpado: o governo.



Os alunos: no centro de uma polémica financeira que pode afetar a qualidade do ensino.

“Estamos com uma bomba nas mãos.” (É o protesto dos donos de escolas.)

“Estamos com uma bomba na mão pronta para explodir.” Esta é a avaliação que Mauro Salles Aguiar, proprietário do Colégio Bandeirantes, faz a respeito da atual situação financeira das escolas particulares de São Paulo. Para ele, o aumento das mensalidades variando de 17,5% a 40% que o governo autorizou no início de maio, não altera o quadro das dificuldades financeiras que as escolas vêm enfrentando: “Diminui o rombo, mas não tapa o buraco”, diz.

Responsáveis por cerca de 35% do ensino de primeiro e segundo graus do Estado, o que representa a educação de cerca de três milhões de crianças, as escolas particulares encontram-se em situação caótica, segundo seus proprietários: “Estamos administrando o caixa. Recebendo dos alunos e repassando para os professores e demais funcionários”, afirma Mauro Aguiar.

O responsável por essa situação, na opinião dos proprietários, é um só: o governo. “O Estado acabou com o ensino público de primeiro e segundo graus e universitário. Agora está tentando acabar com as escolas particulares com suas intervenções nesta área”, diz Luiz Roberto Silveira, do Curso Universitário. “Como sempre, a intervenção governamental é mal administrada, incompetente e demagógica”, completa Mauro Salles.

Segundo Mauro, a situação dessas escolas já vem se deteriorando há alguns anos, principalmente a partir de 83, com as primeiras intervenções no setor. Piorou em 87, após a euforia do Plano Cruzado e tornou-se crítica com o Plano Verão, em janeiro deste ano: “O problema é que o principal custo das escolas particulares é o da mão-de-obra”, diz Mauro. “A despesa com professores e pessoal técnico-administrativo, de serventes a pedagogos e diretores, representa 70% do gasto. Com o Plano Verão, o governo congelou as mensalidades, mas tudo

continuou subindo, inclusive as taxas governamentais, como a tarifa de energia elétrica. Para piorar, os professores têm o seu dissídio coletivo a partir de 1º de março. Os professores queriam 94% de aumento, mas com o congelamento não houve acordo. Então a decisão foi para a Justiça. Tudo isso criou um impasse total e colocou as escolas numa situação difícil.

O prazo: junho.

Mauro Aguiar diz que qualquer que seja a decisão do juiz em relação aos professores, ela será retroativa a 1º de março. As escolas têm que pagar o aumento de março, abril e maio para os professores. Assim, as escolas já estão devendo uma quantia que não sabem de quanto é. Nós estamos a dois meses do dissídio e os professores não sabem quanto vão receber. Pela primeira vez em 30 anos nós tivemos uma greve generalizada na rede particular de ensino”.

Se a bomba que os proprietários de escola têm nas mãos não explodiu ainda, o prazo máximo para que isso ocorra é o mês que vem, prevê Mauro: “Vamos supor que o juiz decida dar 35% de aumento.

Com os pagamentos dos meses de março, abril e maio, as escolas já estarão devendo 105%, mais que uma folha de pagamento. A maioria dos professores e funcionários, sai de férias em julho. Então, em junho, terão de ser pagos dois salários e mais 33% de abono de férias, que é um direito constitucional. Se as escolas não fizerem antecipações de mensalidades, elas não vão agüentar e se deixarem para aumentar tudo de uma vez, a bomba vai estourar nas mãos dos pais dos alunos. O aumento será tanto que um número considerável de famílias não terá como pagar, afirma.

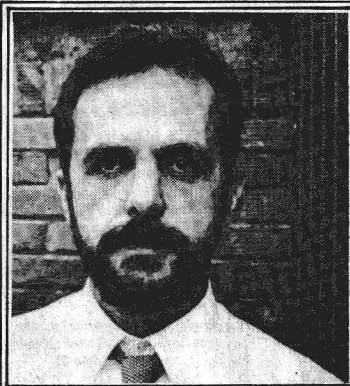
Por isso, segundo ele, algumas escolas do Grupo — uma associação de escolas particulares —, entidade da qual faz parte e

que reúne 57 escolas do Estado, já estavam solicitando antecipações sobre as mensalidades mesmo antes do aumento concedido pelo governo. Neste aspecto, Mauro ressalta que a compreensão dos pais foi surpreendente: “Mesmo sabendo que a mensalidade estava congelada, que não se podia exigir aumento, os pais estavam colaborando de uma forma extraordinária, bem diferente de 1986, quando houve uma recusa geral”. Mauro Aguiar diz que, ao contrário daquele ano, os pais hoje procuram as escolas pedindo providências, com medo da queda na qualidade de ensino decorrente da possível evasão de professores: “Há pais que telefonam para as escolas e perguntam aos funcionários se o aumento foi repassado para eles e para os professores”.

Com esta situação Mauro afirma que não dá para pensar em lucros, e, embora pertença a uma associação que é reconhecida pela qualidade de ensino de seus associados, diz que os investimentos têm sido limitados: “Hoje em dia algumas escolas ainda fazem investimentos. Nós do Colégio Bandeirantes, por exemplo, quase falimos em 87; em 88 fizemos o mínimo de investimento e agora estamos investindo em equipamentos de informática e em nossos laboratórios. Mas ficamos três anos sem investir”, conta.

Tanto para Mauro como para Luiz Roberto Silveira só há uma solução: a melhoria do ensino público de primeiro e segundo graus: “Em qualquer país do mundo a escola particular é caríssima, uma opção por ideologia ou formação dos pais”, diz Luiz Roberto. “Você não pode transferir para o proprietário da escola particular o subsídio do ensino. Então, a solução é o investimento com competência no ensino público. A escola particular é uma opção”, diz Mauro.

Paulo Pinheiro



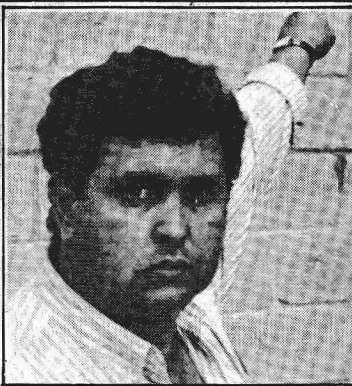
Mauro Salles Aguiar, dono do Colégio Bandeirantes: queixas contra a interferência do governo no ensino particular e alerta de que a situação das escolas poderá ficar insustentável no mês que vem.



Jôse Pujola Moser, uma das proprietárias da escola Caminho Aberto: compra de poucos equipamentos e risco de ter de cortar suas despesas em 30%, prejudicando a qualidade do ensino.



Hebe Tolosa, presidente da Associação de Pais e Alunos das Escolas Particulares: “Eles agem como instituições financeiras. Tiveram autorização para aplicar um índice de reajuste superior ao da poupança”.



Fábio Zamboni, presidente do Sindicato dos Professores: comissões para estudar a real situação das escolas particulares. Um desafio que até hoje ninguém quis aceitar.

lares. “Eles agem como se fossem uma instituição financeira. O aumento que o governo concedeu às escolas particulares superou o rendimento das cadernetas de poupança.” Além desta crítica, Hebe Tolosa tem também uma denúncia. Segundo ela, antes do dia 5 de maio, data da portaria governamental autorizando os reajustes, os proprietários já estavam aumentando as mensalidades, fato que comprovou através dos sucessivos telefonemas que recebeu em sua associação: “As mantenedoras das escolas já deveriam saber, de antemão, qual seria o teor da portaria do reajuste. É preciso que se localize no governo quem foi o responsável pelo vazamento destas informações, já que é a segunda vez que isto ocorre. Alguém tem de deter as autoridades que permitem este tipo de ocorrência.”

Nelson Boni não acredita que a interferência do governo seja a causadora dos eventuais problemas das escolas particulares. “O governo tem de intervir para evitar os abusos. A ação irresponsável de alguns proprietários poderia instalar o caos. Ao mesmo tempo que criticam a interferência governamental, os proprietários de escolas, sempre que lhe convém, usam nossas portarias e resoluções para se impor”.

Para se conhecer qual é realmente a situação das escolas particulares, Fábio Zamboni tem uma receita: a criação de comissões formadas por representantes da escola, pais de alunos e professores incumbidos de analisar as contas das escolas e apontar as reais necessidades de reajuste. “Já desfaíei todas as escolas a analisar esta proposta, mas ninguém aceitou. Então eu pergunto: se os donos da escola não tivessem nada a temer, por que evitariam esta solução? Acho que com este método solucionaríamos de vez o problema da escola particular, que hoje é cara e remunera mal seus professores.”

Os pais que se sentem lesados pelo aumento das mensalidades podem procurar o Procon, seja pelo telefone 258-7755 ou indo diretamente às ruas Bandeira Paulista, 808, 2º andar, no Itaim Bibi, ou Líbero Baduró, 119, no Centro. Os pais devem levar os carnês para que sejam feitos os cálculos adequados.

Paulo Pinheiro/Lenora Matteucci

Greve, falta de salas, material e professores. É a escola pública.

“Talvez eu não entenda muito esse negócio de política, mas entendo a situação da minha e de outras escolas da rede estadual de ensino, que não estão em condições de oferecer um ensino melhor aos alunos, por falta de verbas”, comenta a aluna Márcia Patrícia Rosa, da EEPSP Miguel Kruse, no Jardim Danfer, numa carta incluída entre os 169 relatórios entregues sexta-feira ao secretário da Educação, Chopin Tavares de Lima, pelos professores da rede estadual de Educação. Entre os pedidos de Márcia estão mais livros para pesquisa, material para laboratório, equipamentos para aulas de Educação Física, carteiras, cadeiras, armários e até giz.

O dossiê entregue ao secretário revela mais uma vez as precárias condições da escola pública no Estado. “O governador coloca matéria paga nos jornais dizendo que a greve deixa as crianças sem escola, mas ele não conta para ninguém o número de crianças prejudicadas todos os dias do ano pela falta do professor em sala de aula”.

Segundo ele, há escolas que ainda não conseguiram compor seu corpo docente, sendo obrigadas a contratar engenheiros, psicólogos e advogados para dar aulas em disciplinas nas quais não têm formação específica.

A merenda é outro grave problema. Na EEPSP Sebastião Walter Fusco, por exemplo, alunos e professores reclamam que, apesar de os relatórios da Secretaria da Educação afirmarem que a escola recebeu 6 kg de galinha, por vários dias a merenda resumiu-se a macarrão puro e em outros a escola só recebeu pão.

O secretário concordou com os professores quanto à precariedade das instalações escolares, citando uma pesquisa do ano passado segundo a qual das 2.000 escolas da Capital, 1.900 precisavam de reforma. Ele lembrou que o governo do Estado entregou em 87 e 88 3.440 novas salas de aula, fez 506 ampliações e 1.228 reformas na rede pública. Mobilizou 5.288 salas de aula, distribuindo 257.800 itens mobiliários.

Mas para os professores a situação é insustentável e eles pedem ao secretário “soluções imediatas” para todos os problemas que as escolas vêm enfrentando. Afirmando também que vão continuar em greve, pois não estão contentes com a contraproposta salarial do governo, que lhes promete para maio um aumento — ainda não noticiado — e uma antecipação diferenciada por função. “Essa proposta não muda nada a nossa situação e afeta a carreira e o estatuto do magistério, porque um professor em início de carreira vai ganhar a mesma antecipação de um com 20 anos de profissão (NCz\$ 75,00)”, concluiu João, afirmando que amanhã, às 14 horas, haverá nova concentração de professores. Desta vez nas portas do Palácio dos Bandeirantes.